

# ANAIS DO SEMINÁRIO DE ESTUDOS AFRICANOS E DA DIÁSPORA

Volume I





ORGANIZADORES

Fábio Baqueiro Figueiredo

Larissa Oliveira e Gabarra

# ANAIS DO SEMINÁRIO DE ESTUDOS AFRICANOS E DA DIÁSPORA

VOLUME I

ISSN 2595-8860

Grupo de Pesquisa África Contemporânea



**UNILAB**

Universidade da  
Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira

Redenção | CE | 2016

**Anais do Seminário de Estudos Africanos e da Diáspora – Vol. I**  
Redenção - CE | 31 de agosto a 02 de setembro | 2016

© 2016 *Copyright by*, Fábio Baqueiro Figueiredo, Larissa Oliveira e Gabarra (Organizadores)

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA/UNILAB**

Av. da Abolição, 03  
CEP: 62790-000  
Centro - Redenção/Ceará  
Tel: +55 (85) 3332- 6101  
Internet: [www.unilab.edu.br](http://www.unilab.edu.br)

**Coordenação Editorial** | *Samuel dos Santos Comprido*  
**Projeto Gráfico** | *Carlos Alberto Alexandre Dantas*



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira –  
Sistema de Bibliotecas

---

---



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA/ UNILAB**

**REITOR**

Tomaz Aroldo da Mota Santos

**VICE-REITOR**

Aristeu Rosendo Pontes Lima

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Albanise Barbosa Marinho

**DIRETOR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

Maurílio Machado Jr.

**ORGANIZAÇÃO GERAL**

Fábio Baqueiro Figueiredo

Larissa Oliveira e Gabarra

**COMISSÃO ORGANIZADORA**

Fábio Baqueiro Figueiredo (UNILAB-BA)

Sueli da Silva Saraiva (UNILAB-CE)

Luana Antunes Costa (UNILAB-CE)

Marina Pereira de Almeida Mello (UNILAB-CE)

Larissa Oliveira e Gabarra (UNILAB-CE)

Artemisa Odila Candé Monteiro (UNILAB-CE)

Maria Cláudia Cardoso Ferreira (UNILAB-BA)

Carla Susana Além Abrantes (UNILAB-CE)

**COMISSÃO CIENTÍFICA**

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo (UNILAB-BA)

Profa. Dra. Larissa Oliveira e Gabarra (UNILAB-CE)



## PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

**31 de agosto - 9h**

REUNIÃO DE TRABALHO COM ESTUDANTES VINCULADOS AO GRUPO DE PESQUISA: APRESENTAÇÃO RESUMIDA DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO EM DESENVOLVIMENTO E DEBATE

**31 de agosto - 16h**

BATALHAS DA CULTURA: CINEMA E MÚSICA EM LUANDA NOS DIAS DA INDEPENDÊNCIA

Fábio Baqueiro Figueiredo - *Doutor em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA)*

ELITES E PODER NAS LITERATURAS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE  
Sueli da Silva Saraiva - *Doutora em Literaturas Comparadas de Língua Portuguesa (USP)*

DEBATEDORA

Larissa Oliveira e Gabarra - *Doutora em História Social da Cultura (PUC-Rio)*

**31 de agosto - 19h**

A ILHA E O MUNDO: NOTAS DE VIAGEM A MARTINICA

Luana Antunes Costa - *Doutora em Literaturas Comparadas de Língua Portuguesa (USP)*

A OUTRA COMO “SUBALTERNA”: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E FEMINISMOS EM ÁFRICA

Marina Pereira de Almeida Mello - *Doutora em Antropologia Social (USP)*

DEBATEDORA

Cristina Teodoro Trinidad - *Doutora em Psicologia da Educação (PUC-SP)*





**1º de setembro - 16h**

OS BAKONGO E OS DISCURSOS NACIONALISTAS DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Larissa Oliveira e Gabarra - *Doutora em História Social da Cultura (PUC-Rio)*

IDENTIDADES, ETNICIDADE E NACIONALISMO EM ÁFRICA  
Artemisa Odila Candé Monteiro - *Doutora em Ciências Sociais (UFBA)*

DEBATEDORA

Luana Antunes Costa - *Doutora em Literaturas Comparadas de Língua Portuguesa (USP)*

**1º de setembro - 19h**

ENTRE ESTEREÓTIPOS E SABERES: A ÁFRICA E OS AFRICANOS EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Maria Cláudia Cardoso Ferreira - *Doutora em História, Política e Bens Culturais (FVG)*

INTERFACES ENTRE ENSINO SUPERIOR E ESTADO NO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Carla Susana Além Abrantes - *Doutora em Antropologia (Museu Nacional)*

DEBATEDOR

Ruben Maciel Franklin - *Doutor em História Social (UFF)*

**2 de setembro - 18h**

REUNIÃO INTERNA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO - PESQUISADORES E ESTUDANTES VINCULADOS AO GRUPO DE PESQUISA





Smar'io





## **TRABALHOS COMPLETOS**

**BATALHAS DA CULTURA: CINEMA E MÚSICA EM LUANDA NOS DIAS DA INDEPENDÊNCIA** - 13

**Fábio Baqueiro Figueiredo**

**ELITES E PODER NAS LITERATURAS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE** - 18

**Sueli da Silva Saraiva**

**A OUTRA COMO "SUBALTERNA": REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E FEMINISMOS EM UMA UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL COM ÁFRICA** - 44

**Marina Pereira de Almeida Mello**

**OS BAKONGO NA INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO** - 51

**Larissa Oliveira e Gabarra**

**ENTRE ESTEREÓTIPOS E SABERES: A ÁFRICA E OS AFRICANOS EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA** - 64

**Maria Cláudia Cardoso Ferreira**

**INTERFACES ENTRE ENSINO SUPERIOR E ESTADO NO COLONIALISMO PORTUGUÊS** - 69

**Carla Susana Alem Abrantes**







**TRABALHOS  
COMPLETOS**



## BATALHAS DA CULTURA: CINEMA E MÚSICA EM LUANDA NOS DIAS DA INDEPENDÊNCIA<sup>1</sup>

Fábio Baqueiro Figueiredo<sup>2</sup>

**N**os vertiginosos dias que antecederam e sucederam a declaração da independência em Angola (11 de novembro de 1975), uma onda de mudanças na paisagem urbana atravessou Luanda. Estátuas que glorificavam o empreendimento colonial português foram removidas; ruas, avenidas, escolas e empresas foram rebatizados de modo a inscrever na geografia urbana os nomes de guerrilheiros, líderes africanos e revolucionários do terceiro mundo, além de personagens históricos locais reapropriados como precursores da afirmação nacionalista, como a Rainha Nzinga Mbandi ou o Rei Katyavala.

Os principais teóricos do anticolonialismo sempre insistiram no fato de que a luta de libertação era fundamentalmente um processo de transformação cultural. Frantz Fanon e Albert Memmi exploraram os processos de alienação profunda engendrados pela situação colonial e buscaram postular as vias de sua superação. Outros pensadores nacionalistas, incluindo Léopold Senghor e Julius Nyerere, viam no fim da colonização um processo de retomada do desenvolvimento civilizacional africano, que teria sido interrompido pela perda temporária da soberania política. Ainda que se reconhe-

<sup>1</sup> Esta comunicação é resultado de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradeço o apoio que me foi prestado em Luanda pela professora Cristina Pinto e pela equipe na Biblioteca Nacional de Angola, especialmente seu diretor, João Lourenço.

<sup>2</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: fabiobaq@unilab.edu.br

cesse a necessidade de incorporar as influências islâmicas e europeias, as tradições culturais do passado africano, reais ou imaginadas, foram seguidamente concebidas como modelos genéricos de valores sociais na construção das instituições dos novos e necessariamente modernos Estados africanos, num movimento que se autodefinia como um “renascimento cultural”. Já para Amílcar Cabral, a luta de libertação era vista como uma força endógena de mudança cultural, emergindo da reação ativa e criativa, comum aos diversos povos presentes no mesmo território, à opressão compartilhada. Ela seria fruto do chão da cultura africana ao mesmo tempo em que operava como fator de seleção, promovendo os traços culturais adequados aos objetivos da independência e da unidade nacional, e extirpando aqueles que lhes eram prejudiciais (FIGUEIREDO, 2012, p. 135-174).

Nos países africanos que tiveram governos mais empenhados em projetos de transformação social e econômica, como foi o caso de Angola, a política cultural do pós-independência foi concebida como um processo de transformação, politicamente dirigido, das culturas locais resistentes à dominação colonial em uma cultura nacional. Ao mesmo tempo, o novo regime angolano, uma vez instalado, viu-se diante de uma ampla e ativa juventude urbana que lhe era francamente simpática, mas que tinha suas próprias ideias sobre o que deveria significar, em termos práticos, a independência. Diante de um quadro de desestruturação brutal da produção econômica, e portanto da receita do Estado, o novo regime depositou na cultura as esperanças de trazer essa juventude de volta aos bancos escolares e aos postos de trabalho abandonados durante as turbulências do governo provisório. Os artistas e produtores culturais deviam empenhar-se no pro-

cesso pedagógico em escala nacional que daria origem ao “homem novo”, expurgado de noções liberais individualistas e pequeno-burguesas, e visceralmente comprometido com a criação de uma nova sociedade, economicamente equilibrada e socialmente igualitária (TALI, 2001, vol. 2, cap. 10-12; MORMAN, 2008, p. 9, 170-171; FIGUEIREDO, 2011, p. 25-92; BITTENCOURT, 2010, vol. 2, p. 240-255).

Dessa forma, os agentes culturais próximos ao novo regime angolano passaram a travar “batalhas da cultura” em diversos campos: da fundação de uma União dos Escritores Angolanos e mais tarde de uma União Nacional dos Artistas Plásticos à elaboração de planos ousados para um sistema nacional de museus e para um Arquivo Nacional que, mais que custodiar documentos, fosse um centro ativo de produção do conhecimento histórico, passando por um plano nacional de cinema e um esforço de coleta da música tradicional. No que diz respeito ao cinema e à música, temas desta comunicação, a situação de partida era completamente divergente: enquanto não havia absolutamente nenhum cinema angolano até a independência, a música angolana era um campo altamente produtivo e popular. Nos dois campos, entretanto, havia batalhas a travar. Enquanto os proponentes do plano nacional de cinema estavam encarregados de barrar a influência ideológica negativa representada pelos filmes comerciais produzidos em Hollywood, sucesso absoluto nas telas de Luanda, os músicos envolvidos na pujante cena suburbana do *semba* passaram muito rapidamente a ser considerados inimigos do regime e veiculadores de música alienante, sendo fustigados continuamente por um *establishment* cultural que preferia os instrumentos e roupas tradicionais às guitarras elétricas e à moda *blackpower* associada ao cosmopolitismo juvenil ne-

gro global da década de 1970 (MOORMAN, 2008, ver ainda ABRANTES, 2005; 2008; PIÇARRA & ANTÓNIO, 2012-2015).

Esta comunicação apresentará os debates relativos a essas duas “batalhas da cultura” da forma como se apresentaram no *Jornal de Angola*, diário semioficial do regime. O jornal expressava pontos de vista quase sempre muito próximos dos oficiais, especialmente quando passou a ser dirigido pelo escritor Costa Andrade, no primeiro semestre de 1976. Ainda assim, é possível perceber nas entrelinhas o esboço de posições contrárias, num diálogo em que só ouvimos uma das vozes. O tom pedagógico e por vezes paternalmente rabugento das matérias, neste caso, é uma vantagem para o historiador. Por trás das frequentes admoestações aos leitores e das muito bem selecionadas opiniões do “povo” que eram colhidas ao se tratar dos mais variados assuntos, geralmente como comprovação retórica da justeza da linha política do governo, percebe-se uma intensa disputa de sentidos, valores, gostos e comportamentos, que se enquadra em linhas gerais na tese da libertação como fato e fator de cultura, mas que também traz algumas intrigantes surpresas, como janelas que se abrem para a realidade conturbada e frenética dos dias da independência em Luanda.

## Referências

ABRANTES, J. M. *O teatro em Angola*. Luanda: Nzila, 2005.

ABRANTES, J. M. *Para uma história do cinema angolano*. Luanda: Festival Internacional de Cinema de Luanda, 2008.

BITTENCOURT, M. *“Estamos juntos”*: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Luanda: Kilombelombe, 2010. 2v.



FIGUEIREDO, F. B. *Entre raças, tribos e nações*: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FIGUEIREDO, M. L. M. C. *O movimento estudantil em Angola nos anos da descolonização (1974-1975)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

PIÇARRA, M. do C.; ANTÓNIO, J. (Orgs.). *Angola*: o nascimento de uma nação. Lisboa: Guerra e Paz, 2012-2015. 3v.

MOORMAN, M. J. *Intonations*: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times. Athens: Ohio University, 2008.

TALI, J.-M. M. *Dissidências e poder de Estado*: o MPLA perante si próprio. Luanda:Nzila, 2001. 2v.

## ELITAS E PODER NAS LITERATURAS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE<sup>1</sup>

Sueli da Silva Saraiva<sup>2</sup>

### Resumo

As literaturas angolana e moçambicana que ascenderam, em grande medida, como marco da resistência intelectual na luta anticolonialista têm sido ainda hoje solo fértil para representações das condições reais de existência no contexto africano. Quando essa existência é confrontada, no discurso ficcional, com os projetos de uma comunidade utopicamente imaginada durante a luta anticolonialista, os enredos deixam entrever os avanços, recuos ou estagnação de uma situação social marcada pelos velhos e novos pactos do capitalismo globalizado. Esta pesquisa tem por objetivo analisar comparativamente as formas de representação literária dos principais agentes desse capitalismo: as elites em Angola e Moçambique. Nosso objeto de estudo forma-se por um conjunto de romances - *Maio, mês de Maria* (1997), de Boaventura Cardoso; *Predadores* (2005), de Pepetela; *O sétimo juramento* (2000), de Paulina Chiziane, e *O*

<sup>1</sup> Este texto é parte introdutória da pesquisa de tese de doutorado da autora, intitulada “O pacto das elites e sua representação no romance em Angola e Moçambique”, apresentada na Universidade de São Paulo (USP) em 2013. A pesquisa concorreu ao Prêmio Fernão Mendes Pinto 2014, da AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa), recebendo menção honrosa pela excelência acadêmica. Texto integral disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-30082013-103119/pt-br.php>

<sup>2</sup> Professora Doutora da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira/Unilab, e-mail: [suelisaraiva@unilab.edu.br](mailto:suelisaraiva@unilab.edu.br)

*último voo do flamingo* (2000), de Mia Couto. São obras publicadas tendo já decorridas as primeiras duas décadas de independência política (conquistada em 1975) e seus enredos destacam especialmente a representação dos grupos dirigentes das novas nações.

**Palavras-chave:** Literatura, Vida Social, Elites, Angola, Moçambique.

## Introdução

Ao se comemorar quatro décadas de independência política, a história de Angola e Moçambique se defronta, e não poderia ser de outro modo, com a complexidade de uma dupla experiência sócio-histórica: a luta de libertação do jugo colonial e a inserção desses países num outro jogo de poder opressivo, o capitalismo globalizado.

Às distorções deixadas como legado pela ação dos séculos de colonialismo (cf. CABAÇO, 2009) somaram-se outras contingências implicadas na transferência do poder político em meio a conflitos armados, corrupção e outros abusos próprios de sociedades em convulsão.

Com efeito, passadas as celebrações das independências, a realidade social surge desarticulada e o mundo oscila, para os africanos, com a tomada de consciência fulgurante das suas dificuldades. Cada enunciado narrativo torna-se em África o espelho de um número infinito de situações marcadas por um clima generalizado de angústia e de perda (AFONSO, 2004, p. 391).

Em tempos de liberdade, a bandeira da igualdade social, apreçada utopicamente ao longo das décadas que

precederam a independência, ainda não encontraria o seu mastro. Contra um tal estado de coisas, os sujeitos críticos (intelectuais e artistas) angolanos e moçambicanos passaram a destrinçar o *dayafter* sempre atentos aos desdobramentos político-sociais da sonhada construção nacional.

Nesse ambiente paradoxal de liberdade e exclusão, as obras ficcionais continuam a desempenhar papel fundamental no horizonte utópico de mudanças políticas e sociais. Também foi capital a postura crítica dos escritores, afirmando-se como cidadãos de uma nação que ainda não existe (retomando os antigos versos de Craveirinha),<sup>3</sup> reelaborando poética e ficcionalmente ideias que não se afastam de seus discursos de intervenção pública.

Ao perseverarem na denúncia de dívidas sociais, esses pensadores vão revelando que o capítulo histórico finalizado em 1975 não encerrou o compromisso crítico que esteve na origem de seus sistemas literários, cuja formação permanece *in progress*. Dessa maneira, continua a ecoar, com novos arranjos, as palavras de ordem da pioneira da poesia moçambicana, Noémia de Souza, em sua militância pró-negritude e contra a exploração colonial;<sup>4</sup> sem falar da força de atuação do angolano Agostinho Neto, em que poesia e discurso político se confundiam.<sup>5</sup> Em suma, “foi dominante nessa época toda uma tendência literária onde a condição de artista do es-

<sup>3</sup> “Vim de qualquer parte / de uma nação que ainda não existe / Vim e estou aqui!”. Poema do futuro cidadão. In: *José Craveirinha – antologia poética*. LEITE, Ana Mafalda (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

<sup>4</sup> Temas que permeiam seu livro único, *Sangue negro*, publicado pela primeira vez em 2001, tendo permanecido inédito por 50 anos. Ver: SOUSA, Noémia. *Sangue Negro*: poesia. Maputo: Marimbique, 2011.

<sup>5</sup> Os títulos de suas três obras poéticas identificam a sua profissão de poeta engajado. Ver: Neto, Agostinho. *Trilogia poética: Sagrada esperança / renúncia impossível / Amanhecer*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2009.

critor dialogava com a intenção ativa de sua cidadania” (ABDALA JUNIOR, 2009, p. 171).

Essa perspectiva crítica, que transcende as intervenções públicas e atravessa as obras de ficção, não se esgotou com o fim do período das lutas renhidas contra o regime dominante, apenas mudou o registro e a tônica. Diante dos novos desafios que se apresentaram nos primeiros anos de independência, e de outros que se descortinariam no inacabado projeto de reconstrução, escritores angolanos e moçambicanos persistiram no exercício crítico demandado pelas novas condições político-sociais.

Suas críticas reverberam nos enredos dos romances que formam o *corpus* de análise deste estudo – os angolanos: *Maio, mês de Maria* (1997), de Boaventura Cardoso, e *Predadores* (2005), de Pepetela; e os moçambicanos: *O sétimo juramento* (2000), de Paulina Chiziane, e *O último voo do flamingo* (2000), de Mia Couto. A escolha desses quatro romances atendeu ao nosso objetivo – a análise literária da representação das elites africanas – por enfocarem personagens característicos de um grupo social que ascendeu política e economicamente através de brechas nos processos de transformações políticas, econômicas e sociais das últimas quatro décadas de Angola e Moçambique.

A abordagem comparativa dessas obras, publicadas a partir da década de 1990, ganha em rendimento analítico ao propiciar a leitura dos fatos históricos ocorridos nos primeiros quinze anos de independência. Apesar de historicamente curto, esse período já deixa vislumbrar os caminhos percorridos por esses novos Estados e seus projetos de nação. Afinal, “o comprometimento do escritor com a nação é um traço fundador da literatura moçambicana” (AFONSO, 2004, p. 392), bem como da angolana.

Não é incomum perceber nessas representações o confronto entre a visão do presente e a “comunidade imaginada” utopicamente nos anos que precederam as independências. Isso ocorre, por exemplo, na caracterização de personagens como os “empresários” Vladimiro Caposso (*Predadores*) e David (*O sétimo juramento*) que enriqueceram aproveitando-se dos vácuos do sistema em momentos de mudança; ou João Segunda (*Maio, mês de Maria*), assimilado<sup>6</sup> e rico durante o colonialismo, e, quando pego no redemoinho da independência, não tardou a adaptar-se aos novos meios de ascensão ao poder; ou ainda o político Estevão Jonas (*O último voo do flamingo*), ex-combatente do regime colonial que passa a desprezar o que é socialmente justo para render-se ao gosto do dinheiro ilícito.

Sem abstrair o fato de que as mazelas do tempo presente em Angola e Moçambique advêm do histórico fardo de um passado de colonialismo e outras interferências estrangeiras, é possível inferir, pela análise de discursos críticos e textos literários produzidos neste início de século, que os atuais desajustes africanos já não devem ser creditados *exclusivamente* ao legado colonial.

A relevância do tema pode ser observada em estudos sociológicos, antropológicos, historiográficos etc. Por exem-

<sup>6</sup> Os conceitos “assimilado” e “assimilação” neste contexto referem-se a um instrumento legal do Estado colonial português em vigor basicamente de 1917 a 1958 (ou até 1961, cf. CABAÇO (2009, p. 111)). Por ele promulgava-se que alguns indivíduos africanos negros teriam o direito a uma “cidadania concedida”, logo precária, desde que atendessem algumas exigências: “o africano que se considerasse ‘civilizado’ devia fazer um exame, respondendo a certas perguntas e deixando que uma comissão fosse à sua casa ver como é que vivia, se sabia como um branco, à mesa, se se calçava e se tinha uma só mulher. Quando ele era aprovado, passavam-lhe um documento chamado o ‘alvará de assimilação’...” HONWANA, Raúl Bernardo. *Memórias* [1985]. Lisboa: Edições ASA, 1989, p. 69-70.

plo, o historiador moçambicano Yussuf Adam, em tese de doutorado defendida em 1996, e posteriormente publicada em livro (2006), refletiu sobre a evolução do quadro socioeconômico em Moçambique após a independência, chegando ao provocativo título que sintetiza todo um momento histórico: *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajectória de Moçambique pós-colonial* (1975-1990). Interessante observar a analogia entre os animais aqui referidos e os “predadores” que dão título ao romance de Pepetela, que abordaremos neste estudo.

Quanto à intelectualidade, suas intervenções públicas, dentro ou fora das fronteiras nacionais, expressam inquietações, e mesmo perplexidade, diante da miséria prevalecente no continente, a qual, embora não seja uma endemia exclusivamente africana, coloca em evidência o caráter ambíguo das relações de poder no contexto de independência e de paz, levando ao sentimento de um certo *déjà-vu* histórico.

Mia Couto manifesta-se reiteradamente a respeito dessa situação, indicando que no caso moçambicano (extensível a Angola e outros países), o comportamento daqueles que detêm o poder político, econômico etc. contribui para a manutenção e aprofundamento da crise. O celebrado escritor reflete sobre a necessidade de a África (e não apenas seu país) chamar para si as responsabilidades pela atual conjuntura social. Ao ser questionado se, passados 30 anos da onda de independências na África, ainda era possível usar a colonização como argumento para explicar a miséria, ele pondera sobre a necessária superação do que ele chama, não sem levantar polêmica, de “posição vitimista”: “É preciso começar a apontar para dentro, começar a responsabilizar as elites africanas. Há países que estão piores que na época da indepen-

dência. E não se pode pensar que é tudo derivado da herança colonial”.<sup>7</sup> Comentários dessa ordem, sem estarem explicitamente vinculados a uma ou outra corrente político-ideológica (embora sua formação tenha se dado na FRELIMO), denunciam sobretudo a falta de um projeto de nação que abranja a maioria dos cidadãos e contribua para o melhor gerenciamento dos escassos bens sociais.

Um tom crítico semelhante aparece num texto de intervenção, do mesmo ano de 2008, em comunicação apresentada no Segundo Fórum Humanista, em Maputo: “A atitude de nos fabricarmos a nós mesmos como simples vítimas é uma das principais razões para os problemas de África e dos africanos” (*apud*, Couto, 2009, p. 147). As “razões”, como indicaremos no decorrer deste trabalho, fazem parte na verdade de uma série histórica que remonta aos vários momentos do colonialismo, atravessam as lutas de libertação e perturbam os tempos de liberdade.

As manifestações críticas de Mia Couto merecem ser devidamente contextualizadas para não ficarem sujeitas à vala das provocações vazias. E tal contextualização adquire consistência quando analisadas sob a perspectiva das realizações artísticas: “Para viver num país de pedintes, é preciso arregaçar as feridas, colocar à mostra os ossos salientes dos meninos. [...] facilitar a visão do desastre” (COUTO, 2005, p. 75), ironiza o narrador de *O último voo do flamingo*. A crítica pela via da ficção, ensina Antonio Candido, elabora-se “por um processo mental que guarda intacta a sua verossimilhan-

<sup>7</sup> Mia Couto. “Temos apenas um nome diferente”. Entrevista a Leonêncio Nossa. Jornal O Estado de S.Paulo. 15.11.2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,temos- apenas-um-nome-diferente,278323,0.htm>. Consulta em 23.05.2010.



ça externa, fecundando-a interiormente por um fermento de fantasia” (CANDIDO, 1981, vol. 2, p. 109).

Obviamente, tais perspectivas críticas não questionam o histórico feito da independência política, mas sim seus desdobramentos negativos, isto é, a formação enviesada das classes ou grupos dominantes e o malsucedido projeto de emancipação dos recém-cidadãos. Tudo isso, mediado pelas promíscuas relações entre poder político e poder econômico, fornece o cariz temático de grande número de produções literárias contemporâneas, conforme reflete Prisca Pereira sobre as poéticas moçambicanas:

A literatura, portanto, como uma das franjas sensíveis da ação humana, se coloca diante dos recentes fatos históricos e políticos como uma esponja que absorve esses efeitos, elabora suas respostas e as apresenta sob o punho dos escritores que, através da ajuda do imaginário e da representação simbólica, constroem um terreno apto à revisão da identidade, deixando aberto o caminho para temas quais o descentramento, a fragmentação, a representação despedaçada do país etc. (PEREIRA, 2012, p. 245).

Na intenção de observar sob o véu da ficção “como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto de ela poder ser estudada em si mesma” (CANDIDO, 2000, p. 2), buscamos um aparato metodológico de textos de intervenção (testemunhos, entrevistas, artigos e crônicas) produzidos por intelectuais/escritores angolanos e moçambicanos, com destaque para os escritos do angolano Ruy Duarte de Carvalho – *A câmara, a escrita e a coisa dita* (1997) e *Actas da Maianga* (2003) – e do moçambicano Mia

Couto – *Pensatempos* (2005) e *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções* (2009).

Nestes textos são apresentadas perspicazes reflexões sobre o cenário sociopolítico e cultural angolano e moçambicano, sempre trazendo à baila as chamadas “elites africanas” em face de seu oposto, a maioria da população, principal credor das faturas historicamente abertas. A crítica da socióloga Cesaltina Abreu resume bem a questão, pertinente não somente a Angola:

A precariedade dos espaços públicos em Angola, para além de reflectir ambiguidades de um processo de democratização descontínuo e marcado por inúmeras violações dos direitos fundamentais, entre os quais a guerra é o exemplo mais acabado, assinala as dificuldades encontradas em vencer a distância social provocada pela desigualdade e suas consequências na sociedade: injustiça e desconfiança. A grande desigualdade e os elevados níveis de exclusão funcionam como divisores de águas entre a pequena parcela da sociedade mais favorecida e a grande maioria, uma distância social crescente porque os primeiros procuram defender os seus interesses e os segundos simplesmente sobreviver (2008, p. 2).

Procuramos, portanto, estabelecer neste estudo as semelhanças e diferenças no tratamento da temática das elites, incluindo as formas estruturais narrativas e as opções estilísticas de cada escritor, comparando tais opções com o que vimos perpassar nos textos de intervenção crítica, tanto em seus próprios quanto no de outros escritores.

Colocando em destaque os agentes internos, mas sem esquecer de seus aliados externos, autores como Mia Couto

e sua conterrânea Paulina Chiziane integram o coro da crítica aos endinheirados surgidos no pós-independência. Ao expressar suas perspectivas ideológicas, eles criticam a riqueza escandalosamente visível num pano de fundo de extrema desigualdade, e empenham-se em dar uma “resposta pouca perante os fazedores de guerra e construtores da miséria” (COUTO, 2003, p. 225).

De qualquer modo, ao perscrutar a formação dessas elites africanas na contemporaneidade é inescapável retroceder às condições impostas pelo colonialismo e neocolonialismo<sup>8</sup>, buscando desvelar o germe desse estado de coisas que se desdobra na constituição da nação independente até os dias de hoje.<sup>9</sup> E considerar, ainda, as novas formas de ingerência externa daquilo que se poderia chamar de atualizações do neocolonialismo, em que o jogo político-econômico se faz entre as atuais elites locais e as forças internacionais.

<sup>8</sup> KwameNkrumah (1909-1972) cunhou a expressão “neocolonialismo”, declarando-o “o último estágio do imperialismo” (Cf. NKUMAH, 1965). Moe-ma Augel (2007) assinala sobre primeiro presidente de Gana: “Ele, mesmo membro da elite burguesa, defendeu a opinião de que a soberania nacional dos países africanos, adquirida com a independência, não passava de fato de uma formalidade e na verdade não tinha havido grandes modificações no relacionamento assimétrico entre os poderes coloniais e os povos colonizados, permanecendo uma relação de dependência e exploração, sendo assim o neocolonialismo a pior forma de imperialismo” (p. 145).

<sup>9</sup> O sociólogo moçambicano José Luis Cabaço, ao refletir sobre a condição social do continente africano do final do século XX, enfatiza que “a lista de crimes” cometidos durante o regime colonialista é infindável e, entre os aqueles mais cruéis e que marcam ainda hoje vivamente o cotidiano africano encontra-se: “a criação de uma sociedade dualista dividida entre “autóctones” e “europeus” que, no decurso do colonialismo, viria a assumir a forma de uma divisão entre “indígenas” e “civilizados / assimilados” e que, no tardo colonialismo (com prolongamentos até hoje), divide entre populações ainda vivendo predominantemente numa cosmologia tradicional e elites ocidentalizadas e cooptadas pela realidade global”. In: Desenvolvimento, Ciência e Cultura (Cultura, Ciência, Técnica e Desenvolvimento). s/d. Texto cedido pelo autor.

Pepetela, em entrevista concedida em 2006, aponta com crueza os resultados de tais condições no contexto angolano: “Primeiro de tudo, é preciso convencer as pessoas que Angola não é um país extremamente rico, nem rico sequer. País que não consegue alimentar a sua população é um país miserável” (*apud* CHAVES; MACÊDO, 2009, p. 50). E também o antropólogo e escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho conclama para o enfrentamento do que denomina de “problema de elites”, ou seja, a percepção de que é preciso considerar atentamente as elites, tanto quanto se consideram as questões da pobreza.

Temos portanto, para além do problema imediato da fome, dos deslocados, dos desmobilizados, da sobrepopulação urbana, das estradas e dos transportes, das infra-estruturas, da saúde, da educação, da administração, do Estado, um problema de elites. [...] É que o problema também diz respeito à postura e à atitude que essas elites assumem dentro do jogo que a globalização coloca (CARVALHO, 2008, p. 32).

Pegando a deixa de Ruy Duarte, é possível traçar um pertinente paralelo entre as elites dos países em estudo e a de nosso país. A capa da revista brasileira *Carta Capital* trouxe em 07 de setembro de 2011 (Dia da Pátria!) um título pouco comum nos veículos nacionais de comunicação: com a imagem de uma garrafa de espumante, em que o estouro solta, em vez de borbulhas, pequenos cifrões, lê-se “Ricos. E ignorados”. A reportagem dos jornalistas Rodrigo Martins e Willian Vieira, com base no estudo da socióloga Elisa Reis<sup>10</sup> (que

<sup>10</sup> Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 42, n° 15, 2000. p.143-152.

abordaremos oportunamente), adverte que o Brasil sabe tudo sobre seus pobres, e quase nada sobre seus abastados, e que tal desinformação impede a redução da desigualdade. É destacada a chamada: “Privilegiados e incógnitos: a classe alta cresceu 54% em oito anos, mas é pouco conhecida. E o país não sabe interpretá-la” (MARTINS & VIEIRA, 2011, p. 28).

Lá como cá, não se pode, como assevera Ruy Duarte, “passar-lhe ao lado”, ou seja, ignorar a existência de “um problema de elites”; é preciso questionar porquê elas são ignoradas: “porquê e a favor de quê e de quem, passar-lhe ao lado, como quase sempre acontece? Julgo que esta é uma questão que se mantém pertinente entre nós” (CARVALHO, 2008, p. 35). Não contornar o problema das elites na África exige, entre outras providências, perceber na constituição das modernas sociedades africanas os resquícios herdados da escola, da cartilha ocidental (cf. *ibid.*, p. 268), para além de se estar atento à complexidade dos próprios fatores sociais internos, ainda em processo de acomodação.

As elites locais de hoje não existem como tais sem as suas congêneres transnacionais e transoceânicas. Sendo que o pêndulo da chamada globalização oscila, como sempre, desfavoravelmente aos interesses das populações africanas. Na perspectiva de que uma regionalização dos países africanos, conduzindo por si próprios as agendas sócio-político-culturais, poderia trazer maior equilíbrio a esse movimento pendular, Ki-Zerbo<sup>11</sup> é categórico em afirmar que os “globaliza-

---

<sup>11</sup> A regionalização defendida pelo historiador burquinense prega sobretudo a possibilidade de os países africanos conduzirem o próprio destino, conforme sua história e cultura, junto com, em vez de subjugado à atuação do Ocidente. Mas, em vez disso, os homens da globalização “agem como se o homem não pudesse inventar nada de diferente, num momento em que este sistema está aumentando o número de excluídos” (KI-ZERBO, 2009, p. 36).

dores [os países ditos desenvolvidos] falam de globalização, com a alta roda dos quadros da pseudoburguesia africana, para mascarar a necessidade de uma verdadeira regionalização africana” (2009, p. 36).

Semelhante situação histórica, “justifica o desassossego de sua elite cultural eternamente sacudida pelo desejo de responder às indagações postas pela urgência de cada etapa histórica” (CHAVES, 1999, p. 32). A urgência que caracterizava as ações dos intelectuais na luta contra o colonialismo encontra, portanto, um novo significado no movimento frenético da atual etapa histórica, em que no plano internacional do capitalismo, persistem as relações desiguais entre a África e os parceiros ao redor do mundo, e, no plano doméstico, acentuam-se os conflitos entre os privilegiados pelo *establishment* e a massa da população desassistida.

Assim, uma parcela significativa da intelectualidade africana persiste em interferir diretamente na trama social, “julgando-a e, não raro pelejando para alterá-la”, fiando-se na crítica resistente movida por *valores* (liberdade, igualdade, sinceridade etc.) que repele e combate *antivalores* (despotismo, iniquidade, hipocrisia etc.) (BOSI, 2002, p. 120).

Nessa luta, não há espaço para uma ilusão utópica e de fácil veiculação: esses escritores parecem corroborar a ideia de que “muitas vezes, a verdadeira esperança não está na crença radiante em um mundo reconciliado” (SAFATLE, 2012, p. A02). Este filósofo brasileiro apresenta um argumento que condena a autoalienação e suscita a continuidade da luta, pois a crença nesse mundo harmonizado, “quando aparece muito cedo, acaba por matar toda reconciliação possível. Por isso, a verdadeira esperança sempre é precedida por uma profunda recusa. Dessa recusa vem a abertura para realizar o que ainda

não sabemos como fazer” (ibid.). Em seguida, Safatle invoca o pensamento adorniano para destacar o papel do artista neste processo de descrença produtiva:

Theodor Adorno costumava dizer que a posição atual do artista era a de alguém que deve fazer coisas que não podem ser esboçadas previamente como projetos intencionais. Ele deve ser capaz de confiar no que não consegue enxergar completamente. Isto porque ele sabe que deve conseguir fazer falar o que ainda não tem figura (ibid.).

Um caso exemplar de artista que “conseguiu fazer falar o que ainda não tem figura” foi Machado de Assis. Ao retratar ficcionalmente a sociedade brasileira do século XIX, ele não apenas denunciou a incongruência das ideias liberais num país escravocrata, como deixou vislumbrado o que viria a ser a sociedade que conhecemos hoje. Para tanto, Machado transfigurou literariamente temas por ele abordado em textos de intervenção (suas crônicas jornalísticas), conforme nos revela o brasilianista inglês John Gledson. Considerando a obra ficcional e os textos de intervenção, Gledson afirma que a tarefa de analisar e interpretar a obra machadiana “não pode limitar-se aos romances”, justificando então o fato de sua pesquisa incluir “o capítulo sobre ‘Bons dias!’, a série de crônicas publicadas por Machado entre 1888 e 1889, como uma indicação de como podem ser reveladoras para a ficção...” (GLEDSON, 1986, p. 15-16).

Embora nosso estudo não apresente o mesmo tema de Gledson (a saber, a visão da História de Machado de Assis), a relação feita por ele entre textos ficcionais e não ficcionais para interpretação da obra do Bruxo do Cosme Velho constitui referência segura para o nosso objetivo de examinar a



interação de textos ficcionais (romances) e não-ficcionais (crônicas jornalísticas, ensaios etc.) no contexto angolano e moçambicano.

Nos interessa analisar em que medida as lucubrações do moçambicano Mia Couto e do angolano Ruy Duarte de Carvalho podem “ser reveladoras para a ficção”, contribuindo para uma compreensão das elites africanas em geral e de Angola e Moçambique em particular. À diferença do estudo de Gledson sobre Machado de Assis, nossa proposta é estabelecer comparativamente uma rede dialógica entre textos (de ficção e não ficção) e diferentes autores. As ideias discutidas nos textos de intervenção de Mia Couto e Ruy Duarte de Carvalho, por exemplo, podem ser testadas na criação literário-romanesca dos próprios autores ou de seus congêneres, como Boaventura Cardoso, Pepetela, e Paulina Chiziane.

## As elites e as narrativas da nação

A pesquisadora moçambicana Fátima Mendonça, abordando questões como os “‘perigos’ que ameaçam a ‘nação’” (2008, p. 23), afirma que entre os elementos que compõem esse cenário “paradoxalmente desarticulado, com pontos de referência contraditórios, aberto neoliberalmente a qualquer investimento ideológico [...]” (ibid., p. 24), estão as atitudes reconhecíveis na “chamada burguesia ou classe média/alta em formação, onde se inclui a classe política” (ibid.). No quadro educacional, por exemplo, diz Mendonça, tal grupo social “sustenta um ensino privado de elites em Maputo, fora do sistema nacional de educação (escolas dos sistemas americano, francês, português, sul-africano, etc.)” (2008, p. 24). Esse quadro, ela enfatiza, “embora legal se apresenta bizarro”, sendo:



... um sintoma do desfasamento entre um discurso geral aparentemente integrado no desejo de formular a nação (a frequência com que os lexemas “identidade”, “moçambicanidade”, “pátria amada” aparecem nos últimos anos em formulações discursivas são disso sinal) e uma prática assente em objectivos que contradizem esse desejo (ibid.).

Nesse mesmo sentido, a enganadora reorientação da economia nacional no período de independência das ex-colônias na África foi denunciada por Frantz Fanon como um dos desconcertos que a burguesia nacional (conforme ele denomina os grupos econômicos dirigentes) empreendeu contra um efetivo projeto de nação. Diz ele:

A burguesia nacional não para de exigir a nacionalização da economia e dos setores comerciais. É que, para ela, nacionalizar não significa pôr a totalidade da economia a serviço da nação [...]. Para ela, nacionalizar não significa ordenar o Estado em função de relações sociais novas [...]. Nacionalização, para ela, significa, muito exatamente, transferência para os autóctones os privilégios herdados do período colonial (FANON, 2010, p. 179).

Esse desencontro entre projeto de tornar nacional (ou nacionalização) e os interesses das “burguesias” (ou, melhor, “elites locais”) vem à tona nos enredos literários. No plano da realidade, ainda nas palavras de Fanon, essa burguesia nacional (situada em diferentes espaços ex-colonizados) não tem “uma vocação para transformar a nação, mas prosaicamente, de servir de cadeia de transmissão para um capitalismo obrigado à camuflagem e que se cobre hoje com a máscara neocolonialista” (ibid., p. 179-180).

O “hoje” sobre o qual refletia o pensador martinicano era a virada da década de 1950 para 1960, com a onda das independências, a começar por Gana, em 1957. Logo, a sua crítica recaía sobre as nações africanas que se libertaram politicamente naqueles primeiros tempos do pós-guerra. Fanon, que morreu em 8 de dezembro de 1961, aos 36 anos de idade, não testemunhou os desdobramentos destas suas observações na história das independências de Angola e Moçambique. Caso o tivesse conseguido, perceberia que não mais poderia aplicar a característica de “camuflagem” ao empreendimento neocolonial dos nossos dias.

Em 1961, as lutas de libertação estavam apenas começando nesses países. Mas, suas ponderações críticas seguiram ecoando nas vozes de intelectuais comprometidos com a história contemporânea, manifestando-se em todos os espaços de intervenção crítica. No mesmo diapasão, a literatura, como território cultural autônomo, continua cumprindo o seu papel de textualizar a nação, ainda que utopicamente imaginada como comunidade conforme a perspectiva de Benedict Anderson (1989).<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Embora reitere que a definição de “nação” seja uma questão complexa, Benedict Anderson (1989), endossando os preceitos de Seton-Watson (1977), a entende como “uma comunidade politicamente imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana”, e que “ela é *imaginada* porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão” (p. 14, grifo do autor). Emprestamos essa noção de “comunidade imaginada” considerando que a *maioria* da população (angolana e moçambicana) subjugada pelo colonialismo podia imaginar mudanças a partir da libertação nacional; havia, pois, uma comunidade unida por um amplo objetivo: o anticolonialismo. Mesmo que a existência de diversas “frentes imaginadas” e de tais comunidades não se considerarem ou se imaginarem plenamente a nação no contexto de independência, como bem apontou Kelly Araújo (2005, p. 76-77), levando, inclusive, à erupção de conflitos regionais e “tribais”, tal fato

## O romance e as elites: a persistência de um “mundo desencantado”

Como temos observado, a representação das elites na literatura contemporânea é, sem dúvida, um objeto de estudo produtivo para a crítica literária hoje. Quando as classes proletárias e os desfavorecidos em geral já não encontram, no contexto neoliberal do capitalismo globalizado, formas de se organizar e exigir efetivamente os seus direitos, e suas vozes não repercutem de forma programática em nenhuma das mídias existentes, o aparato da arte ficcional parece ser o veículo capaz de romper com o silêncio que se abate sobre a situação de paradoxal injustiça social, num período em que a ideologia burguesa anuncia o duvidoso fim da história e o início do maior período de riqueza e opulência que a humanidade já viveu.<sup>13</sup>

Neste contexto, caberia mais uma vez à literatura, suficientemente madura e instrumentalizada, e ao seu filho eternamente “em crise” – o romance – o papel de levantar o ilusório véu da ideologia a serviço do capital, e denunciar o impensável retrocesso de direitos em todos os espaços, desenvolvidos ou não do globo.

[...]

A questão que se coloca é como narrar as mazelas neste início de século que, a despeito de qualquer propaganda, continuam revelando as contradições inerentes às desigualdades sociais, e não apenas nas conhecidas geografias da fome, mas

---

não obstrui, ao nosso ver, completamente o argumento em prol da ideia de comunidade(s) relacionada(s) e imaginadas sob um Estado em formação.

<sup>13</sup> Sobre o assunto, ver a crítica de Perry Anderson (*O fim da História*: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Zahar, 1992).

mesmo nos espaços dos países centrais. Na literatura, principalmente naquela produzida por nações periféricas, onde as contradições se dão de forma menos mediada, isto é, onde as desigualdades são escandalosamente explícitas, a gravidade da situação social pode ser denunciada na forma da representação literária de suas elites, cuja crítica, não raro, é abolida da imprensa, ou relegada a umas poucas vozes intelectuais (em geral vistas como “anacrônicas”!). Ora, “sempre tereis os pobres convosco”,<sup>14</sup> isto é, visíveis e espalhados por todos os lados, numa habitualidade teleológica que transfigura uma situação de sobrevivência como um fim em si mesma.

Neste cenário, caberia à intelectualidade colocar em destaque o papel desempenhando pelos ricos e poderosos, invisíveis e dissimulados, a fim de se entender a dinâmica que cria e mantém a miséria e a injustiça. Sobre isso, encontramos sinais na literatura de viés empenhado desde o momento em que o modo de produção capitalista foi posto em funcionamento. Como exemplo da pertinência do debate, a já citada matéria da revista *Carta Capital* afirma que o equívoco do intelectual (de esquerda, diga-se) está em deixar os ricos à sombra da crítica, pois “esta desinformação impede a redução da desigualdade” (MARTINS & VIEIRA, 2011, p. 28). Numa proposta de mudança de foco, do pobre para o rico, a matéria elenca alguns dos fatores que dão às elites locais a confortável sensação de não serem responsáveis pelo todo da sociedade. Exemplo disso é o comportamento desse grupo dominante a respeito das persistentes desigualdades sócio-econômicas e o papel da educação no Brasil. Conforme revela a pesquisadora Elisa Reis, citada na matéria, “as elites tendem

---

<sup>14</sup> Mateus 26.11, versão *Bíblia de Jerusalém*.

a perceber a educação como algo que não implica custos para os não pobres, como defender tributações de renda mais progressivas” (ibid.). Ou seja, os pobres seriam um “problema” do Estado, que deve ser resolvido com a quantidade de tributos que as elites consideram justo pagar.

Em seu artigo “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade”, a mesma pesquisadora argumenta sobre a importância de trazer a questão das elites para o debate. Em sua concepção, “a visão das elites não pode ser subestimada, pois o papel delas na formulação e implementação de políticas sociais é inquestionável” (REIS, 2000, p. 144), argumenta, citando a colega israelense Eva Etzioni-Halevy:

Muitos tendem a negar essa centralidade das elites em nome de princípios morais e preferências afetivas. Entretanto, reconhecer que elites ocupam posições estratégicas em processos decisórios e que detêm poder de fato não implica a defesa delas (apud REIS, 2000, p. 144).

Partindo desse quadro diagnóstico, é justificável a exposição das elites num primeiro plano da análise sociológica que, ao ser transfigurado em representação literária, não indicia qualquer traço de caráter heroico-romântico. Ao contrário, diríamos que se trata de um protagonismo “às avessas” concedido a este grupo social, a fim de revelar a série de infortúnios imposta às personagens silenciosas, colocadas à margem – o povo, que, não raro, é tratado por tal elite como antagonista, ou empecilho, aos seus interesses. Logo, abordar a elite como tema que perpassa o romance contemporâneo é abordar, antes de tudo, o seu oposto: os pobres.

O romance, que sempre teve “como verdadeiro objeto o conflito entre os homens vivos e as relações petrificadas”

(ADORNO, 2003a, p. 58), exerce, nessa perspectiva adorniana, o papel de revelar a “essência” das coisas, desmistificar o seu “objeto real” – a sociedade – e desvelar um mundo desencantado, pois:

... quanto mais densa e cerradamente se fecha a superfície do processo social da vida, tanto mais hermeticamente esta encobre a essência como um véu. *Se o romance quiser permanecer fiel à sua herança realista e dizer como realmente as coisas são, então ele precisa renunciar a um realismo que, na medida em que reproduz a fachada, apenas a auxilia na produção do engodo* (ibid., p. 57, grifos do autor).

Leandro Konder, no instigante ensaio *Os sofrimentos do “homem burguês”* (2000), tece importantes considerações sobre o que é afinal esse “tipo humano” chamado burguês<sup>15</sup> em todas as suas representações, inclusive na literatura. O capítulo intitulado justamente “O homem burguês na literatura” é aberto com uma epígrafe de Jean Cocteau: “A poesia é indispensável. Se eu ao menos soubesse para quê...” (in KONDER, 2000, p. 45). A frase irônica se revelará na discussão que se segue como a mais contundente verdade nos termos de valor de troca que rege o mundo que o burguês criou. Konder, portanto, questiona “quando foi que o homem burguês [...] começou a se dar conta dos efeitos corrosivos da invasão do espaço dos valores intrinsecamente qualitativos pela quantificação

<sup>15</sup> O autor explica seu objetivo com a eleição do burguês em seu estudo: “O título do livro alude ao famoso romance de Goethe, *Os sofrimentos do jovem Werther* [...], não tenho a menor veleidade de induzir quem quer que seja ao suicídio, muito menos o homem burguês [...]. De fato, no final da leitura, poder-se-á verificar que o que proponho é uma auto-superação do homem burguês, para evitar a possibilidade de que esse tipo humano venha a cometer, em breve, uma espécie de suicídio moral” (KONDER, 2000, p. 9-10).

de todos os valores?”, e, na mesma ordem, “quando foi que as artes e a literatura começaram a sublinhar a emergência de uma nova realidade social e cultural que tendia a girar, cada vez mais em torno do dinheiro?” (ibid.). Na explanação de seus argumentos, Konder se refere tanto ao pensamento de Marx quanto ao de seu contemporâneo e contraponto intelectual, Balzac – “conservador, católico, monarquista” (KONDER, 2000, p. 46). A caracterização das personagens de Balzac, em *A comédia humana*, representa, para Konder, uma tentativa do escritor francês de

... criar personagens que encarnavam os valores nos quais ele acreditava e deveriam atuar com dignidade, de maneira generosa, positiva, na trama da sua ficção. Contudo, os bons, os justos [...] não se dão bem; e, o que é pior, frequentemente arrasavam outros na desgraça. E o reverso da medalha: os pérfidos, pragmáticos, rudemente cínicos [...], afinal, conseguem o que queriam (ibid.)

O cinismo que toma conta das narrativas balzaquianas, continua Konder, teria origem na constatação, pelas personagens, de que uma vez que a sociedade estava corrompida pela disputa em torno do dinheiro, em que os crentes no amor eram ingênuos iludidos, e por fim, de que se o conflito entre o rico e o pobre é inevitável, “então, vale mais a pena ser o explorador do que ser o explorado”, diz a personagem de *Gobseck*, obra de 1830, (ibid., p. 46-47).

Assim, o homem e escritor burguês Balzac não teria deixado de suscitar a crítica ao comportamento social em sua obra-prima, demonstrando que as “reservas de origem conservadora também podem ser, em alguns aspectos, lúcidas e fecundas” (ibid., p. 46). Konder conclui que:

O caso Balzac é sintomático. Sua ficção remete a uma realidade que, transfigurada pela literatura, revela implacavelmente algumas das “taras” mais graves que vinham se manifestando na alma do homem burguês. Ao mesmo tempo, ele mostra uma lucidez desmistificadora fascinante: o homem burguês era capaz de uma percepção crítica (e autocrítica) bastante aguda de seus problemas (ibid., p. 48).

“Percepção crítica (e autocrítica)” que não se coadunam, no entanto, com a moralidade e a ética, pois, conforme discorreu o próprio Konder, Balzac tentava “criar personagens que encarnavam os valores nos quais ele acreditava”, portanto, não há objetivo de mudança, quiçá uma reforma superficial e indolor; conforme a célebre expressão criada por Giuseppe Lampedusa para seu personagem aristocrata que se aburguesava: “Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude” (1979, p. 30).

Os privilégios de classe, de determinados grupos sociais, sempre estiveram no horizonte do mundo literário seja como tema ou como alvo de crítica, embora em alguns casos, como o de Balzac, haja coincidência entre o pensamento crítico e os interesses de classe do autor. Konder sugere, no entanto, que é preciso subtrair essa segunda condição e tomar como ponto de partida crítico o modo como a narrativa revela a “apreensão perspicaz das ambiguidades e do ‘lado noturno’ da história” (KONDER, 2000, p. 48).

## Referências

ABDALA JUNIOR, Benjamin. Notas sobre a utopia, em Pepetela. In CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania. *Portanto... Pepetela*. Cotia: Ateliê / Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2009.



ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. *Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia*. Tese de doutorado, IUPERJ, 2006.

ADAM, Yussuf. *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajetória de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*. Maputo: Promédia, 2005.

ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.

AFONSO, Maria Fernanda. *O conto moçambicano: escritas pós-coloniais*. Lisboa: Caminho, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

\_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira*. Vol. II. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CARDOSO, Boaventura. *Mãe, materno mar*. Porto: Campo das letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Maió, mês de Maria*. Porto: Campo das letras, 1997.

CARVALHO, Ruy Duarte. *A câmara, a escrita e a coisa dita*. Lisboa: Cotovia, 2008.

\_\_\_\_\_. *Actas da Maianga* - [dizer d(a)s guerra(s), em Angola (?)]. Lisboa: Cotovia, 2002.

CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia (org.). *Portanto... Pepetela*. Co-tia: Ateliê / Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2009.

CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. Col. Via Atlântica; v. 1. São Paulo: 1999.

CHIZIANE, Paulina. *O Sétimo Juramento*. Lisboa: Editorial Caminho, 1.<sup>a</sup> edição, 2000; 2.<sup>a</sup> edição, 2004.

COUTO, Mia. *O Último Vôo do Flamingo*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000; São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pensatempos - Textos de Opinião*. Lisboa: Editorial Caminho, 2005b.

\_\_\_\_\_. *E se Obama fosse africano?*e outras interinvenções. Maputo: Ndjira, 1.<sup>a</sup> ed., 2009.

\_\_\_\_\_. Moçambique - 30 anos de independência: no passado, o futuro era melhor? (Ensaio) In Revista Via Atlântica. São Paulo, FFLCH-USP, N.8: 2005c.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Foa: Editora UFJF, [1961] 2010.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: Ficção e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* - entrevista com René Holenstein. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

KONDER, Leandro. *Os sofrimentos do "homem burguês"*. São Paulo: Senac, 2000.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O leopardo*. Trad. Rui Cabeçadas. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MARTINS, Rodrigo & VIEIRA, Willian. “Privilegiados. E incógnitos”. *Revista Carta Capital*. Ano XVII, nº. 662, 07 set. 2011, p. 28-32.

MENDONÇA. Fátima. Literaturas Emergentes, Identidades e Cânone. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENESES, Maria Paula (org.). *Moçambique: das palavras escritas*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

PEREIRA, Prisca Agustoni de Almeida. A vocação pelo voo: aproximações poéticas moçambicanas. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia (org.). *Passagens para o Índico: encontros brasileiros com a literatura moçambicana*. Maputo: Marimbique, 2012.

PEPETELA. *Predadores*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005; Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.

REIS, Elisa P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 42, nº 15, 2000.

SAFATLE, Vladimir. Para começar. Opinião. *Jornal Folha de S.Paulo*, 18.09.12.

## A OUTRA COMO “SUBALTERNA”: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E FEMINISMOS EM UMA UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL COM ÁFRICA

Marina Pereira de Almeida Mello<sup>1</sup>

**B**asicamente nosso trabalho de pesquisa debruçou-se sobre algumas indagações básicas que fundamentaram o processo de investigação: Quais os significados de “feminino” e de “masculino” no contexto da Guiné Bissau e que reconfigurações/alterações/modificações/transformações se operam no plano dos significados nas situações de trânsito por nós estudadas?

Em um cenário de interação, mas não necessariamente de “integração”, buscamos entender de que maneira a compreensão ou incompreensão recíproca (estudantes guineenses x estudantes brasileiros) é afetada pelas especificidades inerentes à condição de ser “mulher guineense” no Ceará, mais especificamente na região do Maciço do Baturité, e o que estaria implicado na produção de sentidos nestas circunstâncias.

As estudantes guineenses, como os demais estrangeiros que chegam ao Ceará, desembarcam no Aeroporto Internacional Pinto Martins de Fortaleza e se identificam nos serviços de fronteiras como “cidadão da Guiné-Bissau”, depois de terem passado por vários processos de normatização, tanto no aeroporto como nas demais instituições brasileiras.

<sup>1</sup> Bacharelado em Humanidades/antropologia-UNILAB. E-mail:marinae mello2000@yahoo.com.br

No desenrolar desse processo de legalização de estrangeiro no Brasil, o tratamento dispensado aos indivíduos oriundos do continente africano, quando chegam, nas relações com o Estado brasileiro, aqueles são genericamente identificados como “africanos”. Já à partida portanto, relações marcadas por desconhecimento, menosprezo e generalização acabam por configurar interações embasadas em equívocos: nomeia-se e identifica-se o “africano”, sem levar em conta a nacionalidade e particularidades de cada um e de cada uma.

Assim, ao entrarem no Brasil, todas as estudantes guineenses, posto que “negras e estrangeiras” são caracterizadas ou nomeadas como “africanas”, e assim se processam, indiscriminadamente, as relações dessa população com os brasileiros e brasileiras em geral.

Tal visão - distorcida e desqualificadora do continente africano - evidencia uma das muitas contradições do Brasil, cuja cultura e população são tão marcadamente influenciadas por heranças (biológicas e culturais) oriundas do continente africano.

Percebe-se claramente, pela pesquisa, que as estudantes guineenses, enquanto estavam no seu país, desconheciam ou pouco sabiam acerca do imaginário predominante dentre brasileiras e brasileiros sobre o continente africano: imagem construída e reiterada pelas mídias em geral. Tanto homens como mulheres guineenses não sabiam que geralmente quando se trata do continente africano nas mídias brasileiras, o discurso vem carregado de muitos preconceitos e estigmas: “África, um continente primitivo, cujo povo não tem cultura, povo sem história, miserável, faminto etc.”

Ao chegarem ao solo brasileiro e ao se confrontarem com essa nova realidade, manifestam-se então dentre os gui-

neenses sentimentos de incômodo, discordância e estranhamento com relação a certos comportamentos, indicando sobretudo, aspectos de um choque cultural relativo a costumes e hábitos, não só em relação aos brasileiros e brasileiras, mas também com relação aos outros povos e culturas, de outras nacionalidades, que compõem a UNILAB.

Por conta dessa realidade, as meninas guineenses ao chegarem aqui no Brasil, preferem em muitos casos dividir apartamentos com os conterrâneos: que pode ser uma amiga, primo, prima, tio, tia, namorado e em certos casos com pessoas que comunguem da mesma ideologia religiosa. Tudo isso, não por uma questão de racismo ou preconceito, mas sim em função dos choques culturais.

Assim, a despeito de estar longe da casa, novas redes de proteção e amizade são construídas: se constrói uma nova família de amigos, o que nos relatos aparece como um grande ganho. E esse ganho se dá em detrimento da distância em relação aos verdadeiros familiares, que aguardam a volta de suas filhas e filhos ao país de origem.

Tanto que essas estudantes raramente se veem como imigrantes, no sentido estrito do termo. Muitas se dizem “passageiras”, pois estão “de passagem” pelo Brasil. Há entre elas, o desejo de voltar para casa, o que faz da vivência no Brasil algo transitório, só lhes interessando grosso modo, a formação para a carreira profissional, que lhes propiciará um novo status no seu país de origem.

Na vida cotidiana, os primeiros desafios enfrentados pelas estudantes guineenses, no processo de adaptação ao novo país, dizem respeito ao fator climático, social, cultural e político. Por exemplo, há considerações quanto à dificuldade para entender e integrarem-se em um contexto marcada-

mente multicultural, multiétnico e multirracial, mas que é, a despeito disso, marcado por indisfarçável racismo, sexismo e xenofobia, detectados pela profusão de preconceitos (nem sempre velados como se supõe) e discriminações quanto a cor de pele, linguagens, espiritualidades, maneiras de ser, agir e pensar, tidas como “estranhas” e à partir daí lidas também como exóticas, exógenas e nocivas.

Inquietações e ignorâncias são verbalizadas com desfaçatez, provocando mais que estupefação, desconforto: “Vocês vieram da África?” “Mas lá falam português?” “Lá vocês tem carro, energia elétrica?” “Como vocês chegaram aqui? De navio?”

Todas essas perguntas demonstram claro desconhecimento e a má impressão que as pessoas têm sobre África.

Percebemos o quanto a África é desconhecida pela maioria da comunidade local (Maciço de Baturité), e apesar da existência das leis 10.639 e 11.645 - que dispõem sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africanas, Afro-Brasileira e Indígena no país, ainda existe carência de informações básicas sobre o continente.

Além disso, as mídias (sobretudo televisão, rádio, internet etc.) contribuem para esse estado de coisas, ao tratar de África de uma maneira estereotipada e estigmatizante: reduzida a fome, guerras, misérias e doenças.

Vale a pena salientar que as referidas perguntas “absurdas” eram mais frequentes nos primeiros momentos; foram feitas para os estudantes de primeira e segunda entrada. No momento, vale reconhecer que provavelmente com a chegada de muitos e muitas outras e diversas africanas e africanos no Maciço do Baturité, oriundos dos outros países africanos de língua portuguesa, verifica-se uma paulatina desconstrução e ressignificação dos sentidos e significados associados à África.

Nesse sentido, há que se reconhecer o papel da UNILAB como uma instituição comprometida com uma política de integração internacional, facultando maiores e melhores conhecimentos e perspectivas sobre o continente africano, o que tem favorecido transformações dos dois lados, ou seja: dentre xs nacionais e xs internacionais.

O imaginário socialmente construído revela que o lugar da África para os brasileiros causa um estranhamento, desconfiança e por vezes, um medo irracional por um “desconhecido” que ameaça porque não se compreende.

Todavia, o interessante é que a circulação, o trânsito cotidiano de pessoas por diversos espaços tanto nos bairros como na universidade (salas de aula, espaços de convivência, pátio, sala de informática e bibliotecas) provocam não apenas o contacto entre diferentes, mas situações em que mentalidades, comportamentos e atitudes na relação entre identidades e alteridades vão, aos poucos, se transformando. Ainda que de maneira lenta e muitas vezes, de forma tensa e conflituosa.

Durante a pesquisa etnográfica, averiguamos o que se apresenta como vantagens e desvantagens de se estudar no Brasil, embora não tenham sido poucas as que se disseram a princípio contrariadas com a designação de virem para o interior do Ceará e não para o Rio de Janeiro ou São Paulo, lugares cujas imagens mais repercutem, sobretudo pelas telenovelas, uma *determinada imagem de Brasil* (festivo, cordial e harmônico). No entanto, o universo de possibilidades e alternativas propiciadas pela particularidade de se estar na UNILAB são, aos poucos, ressignificados.

É oportuno salientar que as estudantes guineenses envolvidas nesse trabalho vieram de regiões diferentes do país, a saber: da capital (Bissau), de Safim, de Cacheu e da região



costeira que está situada no norte do país, particularizada por indivíduos atrelados às crenças tradicionais, costumes e hábitos diferenciados.

No contexto da Guiné-Bissau, cada etnia implica na posse e compartilhamento de algumas características particulares, que as distinguem e as especificam com relação a outros grupos. Segundo Lopes (1982), ao associar um sentido de pertença individual e coletivo identificado a uma etnia, não se deve negligenciar certo condicionamento do comportamento dos seus membros.

Desse modo, os hábitos e costumes são práticas sociais, e essas práticas sociais são variáveis de etnia para etnia. O modo de agir, de vestir, de se comportar, e até de falar, são reflexos de construção histórica, não nos esquecendo de que a história sendo um processo, não é fixa, nem única, tampouco estática.

Só haverá verdadeiro respeito a partir do interesse mútuo pelo conhecimento acerca do mundo (físico, humano e espiritual) daquelas e daqueles que convivem e partilham o mesmo espaço-tempo. A universidade é um cenário e um laboratório ideal para propiciar o debate franco e abalizado que se faz urgente e necessário.

## Referências

BAMISILE, Sunday Adetunji. *A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afrofeminismo*. Via Atlântica, n. 24, 257-279, dez. 2013.

\_\_\_\_\_. *Questões de gênero e da escrita no feminina na literatura africana contemporânea e da diáspora africana*. Lisboa, 2012.

FARIA, Nalu; NOBRE Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? In: *Gênero e Desigualdade*. São Paulo: SOF, 2007.

GOMES, Patrícia. *La mujer y el poder enGuinea Bissau*: la lucha armada, los años 80 y el nuevo contexto político y económico. Nova África, n. 24, jan. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

OYEWUMI, Oyeronke. Conceptualizando el género: Los fundamentos eurocéntricos de los conceptos feministas y el reto de la epistemología africana. *Revista de Actualidad y Experiencias*, n. 4, 4 trim. 2010. Disponível em: <[www.africaneando.org](http://www.africaneando.org)> Acesso em: 2016.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

## OS BAKONGO NA INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Larissa Oliveira e Gabarra<sup>1</sup>

Este é um estudo que busca construir um diálogo entre memória, política e história, passando pelo tipo de sociedade colonial vivenciada no Congo-Belga, as experiências associativas dos congolese, as representatividades políticas e étnicas, especialmente dos Bakongo. Nesse sentido pergunta-se: de quem é a memória? Quem fica para a História? O que significa grupo étnico nesse contexto?

A independência da RDC aconteceu em 30 de junho de 1960. Logo na cerimônia de oficialização da independência dois discursos discrepantes fizeram-se ouvir pelos cidadãos, mas também pelos representantes das potências europeias, EUA e URSS. Um era o do Primeiro Ministro Patrice Lumumba do partido MNC - Moviment Nacional Congolais e o outro do Presidente Joseph Kasavubu eleito pelo partido ABAKO - Alliance deBakongo. O primeiro denunciou a exploração colonial e o segundo amenizou a exploração com os feitos do colonizador, propondo alianças. Alguns dizem que essa diferença na verdade era mais uma diferença de polidez entre Kasavubu que era um intelectual e Lumumba que era um sindicalista.

Os partidos políticos no Congo tardaram a acontecer. Apenas em 1958 é que se tornou legal esse tipo de associação.

<sup>1</sup> Professora de História, Instituto de Humanidades e Letras- IHL, coordenadora do Grupo de Pesquisa África Contemporânea, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, larissa.gabarra@unilab.edu.br, Redenção, Ceará/Brasil.

Eles logo se dividiram em federalista, centralistas e separatistas, entre os mais vigorosos estão ABAKO, MNC - Lumumba, MNC - Kalonji, CONAKAT e procuraram suas próprias redes internacionais em meio a Guerra Fria.

A experiência colonial do Congo-Belga foi uma experiência com poucas oportunidades de associações e participação política. A segregação racial existiu por várias vias; talvez as duas mais perversas para além da própria posição social que mantinha os negros no lugar de exploração do trabalho e cobranças de impostos, seja a questão educacional, consequentemente, a inexistência das brechas para uma ascensão social. No Congo-Belga os assimilados, ou educados eram chamados de *évolués*, faziam parte do que se pode chamar de pequena burguesia africana. Mas na verdade eram funcionários públicos, comerciantes, profissionais liberais, soldados e polícia, ou seja, desenvolviam trabalhos vinculado às funções econômicas da administração colonial. Para se tornarem um *évolué* deveriam além de assumir algum desses postos ser cristão e monogâmico, ler e escrever. O boletim *Histórico Geográfico* trazia fotos de uma família exemplares, nuclear sentada a mesa ao almoçar com talheres e pratos individuais (LAUDE, N.; MICHIELS, 1958). Essa deveria ser a imagem do *évolué* quando recebiam a visita da administração em sua casa para analisar o seu grau de civilização para conceder ou não a *immatriculation*. Segundo Mpongo “Existiam lugares reservados apenas para os europeus, você podia frequentar, mas para ter acesso deveria ser um *immatriculé*. Eles vinham na sua casa para almoçar com suas crianças à mesa” (Kinshasa, 2015).

Os *évolués* no Congo eram muito pouco. O letramento era feito por ordens católicas e protestantes. Era dada a edu-

cação primária, onde ensinavam rudimentarmente a ler e escrever; as poucas escolas secundárias (em 1954 tinham 4 escolas secundárias) que tinham formavam auxiliar de secretário, datilógrafo ou professor de curso primário. O Barão de Wahis já dizia em 1913:

“É sabido que o rapazinho que tenha tido vários anos de aulas sem fazer uso das mãos se escusa á energeticamente à aprendizagem de um ofício, pelo que desde início terá de ser iniciado nisso, primeiros trabalhos manuais, e, logo que possível, pela aprendizagem. Assim, sendo é preciso que o programa das escolas primárias consagre desde o início ao maior tempo possível aos trabalhos manuais e profissionais, reduzindo na mesma proporção o ensino literário” (KITA, 1979. *apud*. M'BOKOLO, 2007, p.446).

Nessas condições, um dos caminhos encontrado para uma possível ascensão social ou simplesmente continuidade dos estudos era o catecismo. Segundo o professor Awak'Ayom existia uma “seleção severa, que não dependia do Estado, dependia da Igreja Católica (...). Quando eu tinha 12 anos pedi aos jesuítas que me levassem ao seminário para ser padre” (Kinshasa, 2015).

As universidades só apareceram no Congo, em 1954, em Leopoldville a Universidade de Lovanium e, em 1956, em Elizabethville a Universidade de Elizabethville. Segundo John Iliffe eram 33% das crianças em idade escolar que frequentavam a escola de letramento (LIFE, 1999, p.289). Segundo David Van Reybrouck nas áreas urbanas chegavam a 60% (REYBROUCK, 2012, p.257). No entanto no ensino secundário passava-se dessa porcentagem para números ínfimos. O professor Awak'Ayom

conta que iniciou os estudos junto com mais 33 colegas, que ao termino do ano passaram a 22 e ao fim do secundário eram apenas 6; quando foi para o Seminário de Kitandu (AWAKÀYON, Kinshasa, 2015). Como dizia Ayimpam o lema da colonização belga era “sem elite, sem problemas” (1996, p.263).

Em 1948 ser *umevolué* não era mais uma questão de costume (se comportar como os brancos, ter um emprego, ser cristão, saber ler e escrever), era necessário receber a *carte de méritecivique* que legitimava seu comportamento diante da sociedade colonial. Não satisfeitos em 1952 fizeram a reforma da *immatriculation* que ampliava o processo burocrático para se tornar um *evolué*. Por isso o primeiro congolês a fazer um curso universitário escreveu o livro “*Congo pays de deux évolués*” (KANZA, 1956). Thomas Kanza fazia uma crítica direta ao sistema de inserção social dos africanos na sociedade congoleza. Mas foi Roger Bolamba que começou ao denunciar essa sociedade racializada, apontar esse tipo de estratégia não como um reconhecimento do africano civilizado, mas uma maneira de distanciar ainda mais, aqueles que já eram por costume *evolué* e aqueles que recebiam a *immatriculation*. O intelectual congolês utilizava-se da expressão “*noirs-perfectionnés*” para imprimir o tom de crítica a esse quadro de níveis de *evolué* que a administração colonial impunha. As denuncia dessa sociedade colonial eram feitas em jornais como “*Voixdu Congolais* (1945 a 1960), onde além de Roger Bolamba, o poeta Paul LomamiTshibamba também escrevia. Eram normalmente jornais tutelados pelo catolicismo como o *Croixdu Congo* (desde a década de 1920), edição dos missionários Scheuts; jornal *Afriquechrétienne*, onde escrevia de Joseph Malula, Cardinal da RDC em 1969.

Da mesma forma que os intelectuais negros congolezes

se movimentavam em revistas cristãs, se associavam atrás desse mesmo guarda-chuva. Vários dos líderes da independência eram membros de associações tais como: Anciens Élèves de Pères Jésuites, Young Men's Christian Association - YMCA, Association des Anciens Élèves de Frères - ASSA-NEF, Association des Anciens Élèves des Pères de Scheut - ADAPES. Outros tipo de associações possíveis eram aqueles vinculadas as etnias com um caráter assistencialista, de ajuda mútua entre os pares ( entre os Bakongos existiam 20 delas). A ABAKO foi a primeira delas com um caráter mais civil. Foi aprovada por ter como objetivo a difusão da cultura e língua dos bakongos, num momento em que a expansão do Lingala em Leopoldville por uso da *force publique* havia aumentado, tirando a primazia do kikongo na capital.

Assim, as filiações partidárias após 1958 foram sendo constituídas a partir desse histórico e acabaram por reproduzir um quadro de 250 partidos para 137 cadeiras em 1960, vinculados a origem étnica, tais como: *Moviment de SolidaritéMuluba*, *Union de Bateke*, *Union de Warega*, *Union Kwangolaise*, *Parti Progressiste du Katanga*, *Association Baluba du Katanga*, *Union de Mongo*, *Mouvement pour l'unité Basongye*, *Parti National Unifié* (Bangala). Em 1959 além da ABAKO três outros partidos se destacavam *Union Congolaise*, *Confédération des Associations Tribales du Katanga*, ou Conakat e *Mouvement National Congolais* - MNC. A pertença **étnica e cultural era algo palpável** para os militantes e era através desse pertencimento que as propostas partidárias foram feitas. O partido no sentido europeu, estrito senso político, não era uma prática conhecida na colônia. Isso não impediu de se formarem grupos de resistência intelectual no Congo-Belga e como no caso do MNC - Lumumba pesar a colônia como um todo.

O que poderíamos chamar de movimento da negritude no Congo-Belga ficou conhecido a partir das críticas ao “plano dos 30 anos” de Antoine Van Bilsen do *Institut Universitaire redeterritoires d’outremer* para emancipação do Congo em 1956. Em resposta foi publicizado o manifesto da *Conscience Africaine* assinado por Joseph Ileo, Joseph Malula, Joseph Ngalula, Albert Nkuli, Antoine Ngwenza, Dominique Zagabie, José Lobeya, Camille Mwisa, Jacques Masa, Albert Amani e Michèle Kaniki, que já havia circulado em forma de panfleto em 1953. Esse manifesto denunciava o racismo na colônia, fazia uma chamada a independência, mas não tonificava a sua necessidade imediata. Assim, a ABAKO, ainda constituída como associação cultural escreve um Contra Manifesto, reclamando a emancipação imediata e a liberdade de criação de partidos políticos. Os acontecimentos daí em diante foram muitos, destaca-se em 1959 o Motim em Leodoldville considerado como “*les émeutes de 4 janvier* – o massacre de 4 de janeiro”. Em janeiro de 1960 a *Table Ronde* marca o início das negociações para independência. Foi quando Lumumba é solto e esperado em Bruxelas junto com os outros líderes da independência e marcam a data da independência para 30 de junho 1960. No mesmo momento a musicalidade do Congo não cessou de fazer sua parte. É gravada a música *Independence ChaChaem* Lingala, Kikongo, Thshiluba, transmitida em rádio por todo Congo ainda Belga construindo a História da independência do Congo com os nomes dos participantes da *Table ronde*: Kalondji, Bolya, Joseph KasaBuvu, Mbuta ThomasKanza, Patrice Lumumba, Cleophas Kamitatu, Jean Boli-kango, Moise Tshombe. Ignorando por sua vez a reunião para decidir as questões econômicas da emancipação que ocorreu logo em seguida (26 de abril a 16 de maio) e que estava presente, representando a MNC, Joseph Desire Mobutu.



Esses eventos e alguns outros fazem parte da memória hegemônica sobre a luta de emancipação do Congo. Alguns desses fatos inclusive aparecem entre as pinturas sobre a história do Congo de Tshibumba Kanda Matulu de Shaba/Katanga, coleção de Johannes Fabian. Tshibumba é um pintor popular e tinha o desejo de pintar a história do Congo, por isso entre as obras que expunha na praça para venda em Shaba, existiam aquelas que narravam cenas da história Congo. Incentivado pelo antropólogo Johannes Fabian, o artista criou toda uma coleção contanto a história de seu país. Essa como aquele que descrevi acima coincidem pois narram uma história individual (heroica) e masculina, marxista e evolucionista.

Essa história é uma história construída para ser o aliado da história nacional, por isso perpassa o imaginário popular como de Tshibumba, mas foi elaborada por uma classe instruída capaz de elucidações racionais sobre o futuro das Nações africanas em contraposição a ideia de uma barbárie, própria de valores ancestrais atrasados, identificados com as crenças e costumes de certos povos - etnias, que tanto foram oprimidos pelos colonizadores (e nesse contexto continuaram sendo oprimidos pelo governo já independente).

Assim, a visão eurocêntrica de um Congo fragmentado por disputas étnicas, continua a ser utilizado pelos governos pós-independência, a medida que não desvinculam os saberes locais da ideia de barbárie, delegando as ações, cosmovisão e processos regionais, étnicos e locais ao esquecimento. Assim, insere esse legado em um lugar específico da história, que é o tribalismo.

A continuidade das cenas memoráveis pelos historiadores, como pelo pintor popular continuam essa saga da História Oficial. Entre 1960 e 1965 ocorreu a revolta mi-

litar dos primeiros meses em MbanzaNgugu; o movimento Lumumbista e a revolta dos Simbas; a revolta do Kasai oriental de base Balulua, pelo partido MNC Kalonji; e a continuidade da colônia em Katanga (de julho 1960 a janeiro 1963) liderado Moise Tshombe; o assassinato de Lumumba janeiro 1961; a demanda pela Província da República do Congo Central; golpe de Joseph Mobutu em 1965, pondo fim a desordem do tribalismo. Essa última cena, reitera a ideia de que na África independente não havia espaço para as cosmovisões dos distintos povos.

Os partidos como ABAKO serão acusados de instigarem a balcanização do Congo. Pode-se verificar esse tipo de preocupação nas correspondências internas da administração colonial pouco antes da independência. O mukongo do Mayombe, Gilbert Pierre Pongo, que fez parte do Collège du Commissaires Généraux de setembro 1960, em uma carta datada de 12 janeiro de 1959 ao Ministro do Congo-Belga Ruanda-Urundi pede que fosse enviado a *Table Ronde* para defender o Congo da ABAKO e do PSA - *Parti Solidaire Africain*, liderado por Antoine Ngwenza, pois a ABAKO, principalmente “proclama a emancipação do Congo [sic.] Central, mas veem ludibriando a massa para adquirir mais prestígio” (Boîte Partis Politique/Archives Nationales de la RDC). Apesar do partido se proclamar federalista, a ABAKO e o PSA serão acusados de ser “contra o federalismo, fazem uma política antidemocrática, ditatorial e xenófoba” palavras da secção MNC de Louzi no território Bas-Congo (Boîte Partis Politiques/Archives Nationales de la RDC). Como resposta a essas acusações em 30 de setembro 1960 (em Lingala) Kasavubu faz o seguinte discurso:

“Nós não fizemos a independência para o povo do Kongo, mas para todos os povos: Bangala, Baluba...

Não sou o presidente somente do Kongo, sou presidente do Katanga, do Kivu,...”Sessão parlamentar de 1962 “cada governo provincial não deve fazer da província seu negócio. As províncias são negócios de todos, é uma questão da nação. (...) mas a unidade não significa ignorar os particularismos das diversas regiões do país. Ao contrário, a unidade do país é feita da bagagem, da força, da conjuntura de cada particularismos regionais. (...) Falarei também da criação de novas províncias? (...) Isso significa começar, pisar com o pé direito desde o começo. A eventual criação de novas províncias não devem atrasar a retomada da economia do país” (BoiteKasavubu/ArchivesNationales).

Kasavubu ao falar de eventual criação de novas províncias estava se referindo a criação da Província do Kongo Central. Essa província deveria ser formada por cinco regiões: a capital, Cataractes, BasFleuve, Kwango, Kwilu, (VERHAEGEN, 2003, p.328). Ela originalmente foi idealizada como uma République Central du Kongo, independente da RDC, ultrapassando as fronteiras da RDC e se unindo aos bakongo de Cabinda e Angola (Jornal *Cité*, 28 janeiro 1959). Nesse sentido, o próprio Contra Manifesto da ABAKO argumentava a favor de um Kongo livre:

“Deve-se por paradeiro ao império das substituições arbitrárias que fizeram o Congo [sic.] conquistar o título de reino do silêncio. E isto aconteceu porque o estado independente do Congo foi somente uma farsa durante esses vinte e quatro anos. Nenhum de nós estava na Conferência de Berlim, e apesar disso toda nossa vida foi decidida lá” (MERRIAM, 1963, p.321).

Para além das disputas políticas, que se apropriaram do termo exógeno ao continente que é tribalismo (mais tarde substituído em algum sentido pelo termo etnia) e justificaram acusações de separatismo entre os partidos, com a intensão apenas de boicotar ou angariar filiações a seu próprio partido, opiniões discrepantes de sujeitos anônimos, que apesar de terem vivido os dias de independência não se tornaram atores da História, podem apresentar outra perspectiva para essa questão. A partir do olhar do kimbanguista BenaNsuli é possível entender o processo de construção do partido, as intenções iniciais e seus resultados:

“nos demos a ABAKO mais importância do que ela tem na realidade. ABAKO era uma associação cultural reduzida à Kinshasa primeiro. Porque aqui era onde se encontrava a classe intelectual de nascimento. KasaVubu o intelectual que a criou, tinha saído do seminário católico. Então a ABAKO não foi implantada nem na região BasCongo, ela era limitada, no meu conhecimento e no conhecimento de todo mundo, a cidade de Kinshasa. Mas foi o primeiro círculo que foi liberado. Os belgas tinham medo que ela virasse algo político. Depois que virou partido ela se fez implantada também no BasCongo”( NSULI, Kinshasa, 2015).

Interessante mostrar que existia uma luta por liberdade, valorização do saber bakongo que é atropelado pela necessidade de expulsão do colonizador e adequação para tal dos desejos de emancipação ao enquadramento político partidário. O Professor Awak'Ayon dá outro depoimento que versa num sentimento genérico da população que não se atinha para os detalhes das negociações políticas:

“à população no período colonial ouvia o rádio, andava de bicicleta. A ABAKO fez um trabalho avançado no nível de ideias. Os Bakongo tinham muitas escolas, muitos líderes estudaram em Kinsantu. Não tinha animosidade. A gente sabia que tinha uma base étnica da ABAKO. (...) Ele tinha uma visão federalista, mas ele falava por todo o Congo” (Kinsasha, 2015).

A ABAKO como o partido representante dos Bakongos na independência do Congo se apoiou em uma forte retórica da história e memória do povo Kongo. Utilizou do federalismo para garantir a legitimidade desse povo na história. Criar uma República Independente do Kongo Central que fomentasse a união entre os Bakongo de Angola e da RDC não parece ter sido o objetivo do partido, foram apenas alianças feitas para se manter nesse lugar de representante dos Bakongos no campo político. As narrativas nacionalistas tinham a expertises de construir pontes entre as experiências passadas dos prováveis eleitores e as expectativas para a luta de libertação. Se não fossem os depoimentos que vão no contra-senso e as contradições nos discursos da ABAKO e da própria MNC em relação a filiação Bakongo a ABAKO e sua legitimidade como representante do Bakongo, poderia acreditar na História Oficial de que a ABAKO é a grande representante política dos Bakongo. Se isso não é possível afirmar, o contrário já é, os Bakongos são aqueles que deram legitimidade a representação da ABAKO no campo político da RDC.

## Referências

AYIMPAM, Mwan-a-Nog. « Il y a 40 ans, le 30 juin 1956 : Le 'Manifeste de conscience africaine' ». In : *Revue Zaire-Afrique* (1996), juin-août, n°306.

AWAK'AYON. *Entrevista concedida a Larissa Oliveira e Gabarra e JackyManiacky*. Kinshasa/RDC, 16/09/2015.

ILIFE, John. Os africanos. Lisboa: Terramar, 1999.

KANZA, Thomas. *Congo, pays de deuxévolués*. Léopoldville: ActualitésAfricaines, 1956.

LAUDE, N.; MICHIELS, A. *Congo Belge et Ruanda - Urundi: geographie et noticehistorique*. Bruxelles: ed. Universelles S.A., c.1958. p.101.

M'BOKOLO, Elikia. *Africa Negra: História e Civilização*. Tomo II. Portugal: Colibri, 2007.

MERRIAM, Alan P. *Congo: nos bastidores do conflito*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963.

MPONGO, Laurent. *Entrevista concedida a Larissa Oliveira e Gabarra e JackyManiacky*. Kinshasa/RDC, 19/09/2015.

NGOY-KANGOY, H. Kabungulu. Parties and political transition in the Democratic Republic of Congo. South Africa: Publishedby EISA, 2006. Disponível em: <http://www.content.eisa.org.za/pdf/rr20.pdf>

NSILU, Bena. *Entrevista a Larissa Oliveira e Gabarra e JackyManiacky*. Kinshasa/RDC: 20/09/2015.

NZONGOLA, George N. "The bourgeoisie and revolution in the Congo". In: *The journal of Modern African Studies*, 8, 4 (1970), pp.511-530.

REYBROUCK, David Van. *Congo une histoire*. Paris: ActesSud, 2012.

TODT, Daniel. “Les Noirs Perfectionnés”: Cultural Embourgeoisement in Belgian Congo during the 1940s and 1950s. In: Working Papers des Sonderforschungsbereiches 640, Nr.4/2012. Disponível em: <http://edoc.huberlin.de/series/sfb640-640-papers/2012-4/PDF/4.pdf>

VERHAEGEN, Benoît. *ABAKO et l'indépendance du Congo Belge*. Paris: L'Harmattan, 2003.

## ENTRE ESTEREÓTIPOS E SABERES: A ÁFRICA E OS AFRICANOS EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Maria Cláudia Cardoso Ferreira<sup>1</sup>

O que se compartilha nesse resumo é parte do último capítulo da minha tese de doutorado (FERREIRA, 2013) que analisou a institucionalização da Lei 10.639/2003 em um curso de licenciatura em história a distância, destinado a professores leigos e leigas, coordenado por um consórcio estabelecido entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

As análises realizadas se ancoraram nas contribuições de Maurice Tardif (2010) e Ana Maria Monteiro (2007) sobre os saberes docentes, entendidos como o conjunto de conhecimentos, competências, habilidades e práticas de que os professores lançam mão nas suas atividades diárias de docência. Objetivou-se problematizar a relação entre os conteúdos concernentes à Lei 10.639/2003, a partir da análise dos saberes a ensinar já consolidados entre os professores leigos, considerados a partir daqui: professores-cursistas. Portanto, se como

1 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: mariacardoso28@unilab.edu.br

2 A formação diplomou 765 dos estados do Maranhão, Ceará, Sergipe e Bahia, ocorrido entre os 2006 e 2011. 1003 professores leigos, funcionários públicos efetivos ou temporários, que lecionavam história há pelo menos um ano, foram matriculados depois da prova de redação e conhecimentos gerais. Em agosto de 2006 as aulas se iniciaram nos polos da Bahia, Maranhão e Sergipe. No Ceará as aulas começam em março de 2007. No 1º semestre de 2011, quando os últimos alunos receberam seus certificados de conclusão contou-se 765 formados sendo 68 do Sergipe, 174 do Maranhão, 228 do Ceará e 295 da Bahia.



nos orienta Tardif (2007), valores, visões de mundo e lugares de pertencimento social forjam os saberes que os professores mobilizam enquanto ensinam, interessava-nos compreender os conflitos ocorridos entre os saberes antes consolidados sobre a África e os africanos, a maioria deles estereotipados, e aqueles saberes aprendidos e desenvolvidos na disciplina História da África, já orientada pela Lei 10.639/2003.

A apreciação se deu sobre a dimensão dos saberes e práticas docentes enunciados preferencialmente por esses professores-cursistas no ambiente virtual de aprendizagem - AVA, do Seminário Especial História da África. O ambiente virtual de aprendizagem do curso se configurou como um espaço de interação bem promissor para a análise e compreensão de como se deu ou não a relação com os saberes.

O Seminário Especial História da África foi ofertado no último período do curso e seu foco se deu na história das sociedades africanas centro-ocidentais, entre o século XVI e a primeira metade do século XIX. Ao excluir o tema do imperialismo, os professores formadores problematizaram as noções de África e africanos, construídas no imaginário do Ocidente, a partir do final do século XIX e no decorrer do seguinte. Notadamente, que o tempo histórico do continente não se restringia ao que a maioria dos meios de comunicação de massa, livros e mesmo o ensino de história vinham abordando até ali, muito associado ao imperialismo, ao colonialismo e suas consequências. Por conseguinte, que a associação do continente com catástrofes e conflitos, bem como, sua redução no imaginário social a um país, incitava os preconceitos e discriminações, fruto de sociedades eminentemente racistas.

Na primeira aula os professores-cursistas assistiram ao vídeo-depoimento, da escritora nigeriana ChimamandaAdi-

chie e foram instigados a refletir, no fórum de debates da disciplina, as questões que a autora veicula<sup>3</sup>. Na segunda aula as reflexões partiram da tese do historiador Anderson Oliva (2007) que investigou as representações sobre a África e os africanos no imaginário do Ocidente por meio dos meios de comunicação e livros didáticos de Portugal e Brasil.

As reflexões de Adichie e a pesquisa de Oliva abalaram as estruturas de representações sobre o continente africano. A análise das postagens no fórum de debates da disciplina mostrou reflexões sobre práticas docentes e sobre materiais de ensino. Várias postagens endossaram que textos imagéticos, audiovisuais e escritos, produzidos pelo cinema e meios de comunicação, veicularam estereótipos, quase sempre negativos, sobre os africanos. E que mesmo os livros didáticos que deveriam ser referência por “traduzirem” o conhecimento científico em conhecimento escolar também continham imprecisões, noções inadequadas e abordagens discutíveis sobre a história da África. Uma cursista saudou no fórum de debates, a disciplina iniciada, pois a mesma lhe oportunizou sair das representações de pobreza, fome, sofrimento e dor comumente ancorados ao continente.

No decorrer da formação as professoras-cursistas tiveram mais de uma dezena de aulas-textos postadas no AVA e discutidas no fórum de debates. Todos os conteúdos de história da África Centro-Ocidental, valorizando o debate historiográfico e a desconstrução de generalizações.

---

<sup>3</sup> Escritora nigeriana com vários livros publicados e três deles premiados, que tratam de questões de gênero, étnicas e de identidades. A conferência foi proferida, em 2009, para a Technology, Entertainment, Design - TED. Os cursistas deveriam assistir ao vídeo, que tem cerca de 18 minutos, e ler o texto da primeira aula, cujo título era “Um continente sem história?”.

Contudo, ao longo do curso foram identificadas postagens que comprovam que os estereótipos aludidos por Adichie e discutidos nas primeiras aulas foram abalados, mas não abandonaram definitivamente o imaginário social das docentes. As representações de África-vítima, África-conquistada e África-primitiva permaneceram nos textos de muitas cursistas até os últimos dias de aula. Em algumas postagens esses juízos sobre passado e o presente africano apareceram todos juntos; em outras, foi possível identificá-los separados.

O fórum de debates se revelou um espaço privilegiado para compreendermos como a Lei 10.639/2003 estava sendo compreendida na “ponta”, ou seja, pelas docentes da educação básica. A partir das mensagens postadas foram identificados os saberes e práticas que são acionados para abordar a temática.

Constatou-se que apesar das aulas-texto atualizarem os debates historiográficos sobre a história da África Centro-Ocidental e primarem por desconstruir representações estereotipadas sobre os povos africanos, alguns temas ocorreram com repetição no fórum e, por serem recorrentes, podem nos revelar as similaridades de concepções e valores dos docentes quando se trata dos saberes sobre a educação das relações étnico-raciais e para ensinar a história dos afro-brasileiros e africanos.

## Referências

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. (2013) A formação para as relações étnico-raciais e a profissionalização em história: saberes e práticas docentes no contexto da educação a distância. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais)

PPGHPB- CPDOC - FGV. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11294>.

MONTEIRO, Ana Maria. (2007). Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X. OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da História da África no Mundo Atlântico (1990-2005). Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

TARDIF, Maurice. (2010). Saberes docentes e formação profissional. 10<sup>a</sup>. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes.

## INTERFACES ENTRE ENSINO SUPERIOR E ESTADO NO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Carla Susana Alem Abrantes<sup>1</sup>

**A**ngola, assim como as demais colônias portuguesas do século XX, foi governada por um Estado colonial que se manteve legítimo até 1975. Ao longo de décadas se organizou uma forma política para as colônias formulada a partir de Lisboa. Foi com o *Ato Colonial* de 1930 que uma nova etapa da administração colonial teve início expressa a partir de características imperiais, nacionalistas e centralizadoras, deixando para trás as tendências descentralizadoras do período republicano (Alexandre, 1998; 2000). Depois de publicado o ato colonial, as bases orgânicas da administração colonial foram adaptadas à nova lei, tendo sido reconceitualizadas. Com o instrumento jurídico da *Reforma da Administração Ultramarina*, conhecida como RAU, produziu-se por escrito mecanismos de controle centralizado a partir de Lisboa, que deveriam ser conhecidos por todos os que entrassem para as funções de Estado. A RAU, criada em 1933 foi mantida até o fim do regime, em 1975.

Ao se considerar a conexão do ensino com a administração colonial, coloca-se ênfase sobre o lugar da transmissão e produção de conhecimento no quadro da transmissão de poder às gerações mais novas, no contexto das configurações próprias dos Estados-Nacionais. A transmissão de poder é uma questão central para as discussões sobre a ideologia co-

<sup>1</sup> Instituto de Humanidades e Letras - Unilab. E-mail:sabrantes@unilab.edu.br

lonial. Como vários estudos já analisaram, o pensamento colonial português esteve orientado por uma mística em torno do passado imperial, da superioridade dos portugueses face aos africanos, das justificativas de progresso e civilização, e do lugar destinado aos africanos para o trabalho. A Escola Colonial, mais tarde denominada ISEU, foi considerada o lugar privilegiado de formação dos agentes coloniais e transmissão de métodos da ação colonial (Duffy, 1959). Entretanto, se tal lugar cumpriu a sua missão não é questão dada, mas a ser investigada a partir das variáveis que compuseram o universo de ensino. Compreender de que forma determinadas práticas ganharam significado no processo e de como estiveram conectadas aos espaços de gestão nos territórios de além mar parece-me relevante para uma apreensão dos mecanismos de construção ideológica próprios dos fenômenos coloniais.

Considero ser também central a identificação dos significados atribuídos ao Estado nesse contexto específico. A partir de questões sugeridas por Philip Abrams (1988), procuro entender o que as imagens de Estado revelam dos processos e relacionamentos mais amplos de dominação. O Estado, essa formação social ao ser colocada como objeto permitiria, como sugere Philip Abrams, identificar as formas pelas quais se mantém coeso, encarnado na figura de um objeto formal e abstrato, que finda por legitimar uma dominação, inaceitável para muitos. Pergunto-me, assim: que formas possuíam as instituições e agências nesse contexto colonial português? Quais eram as suas funções coercitivas? Como agências de Estado se tornaram parte de um processo histórico de sujeição?

Minhas indagações encontram ressonância no universo empírico dos documentos jurídicos definidores das relações da administração colonial. A RAU e os documentos nor-

mativos do ensino superior em Lisboa permitem explicitar alguns relacionamentos entre agências e instituições e suas funções de coerção, fazendo emergir o colonialismo português como um espaço político a partir do qual projetos se tornaram legítimos.

A RAU, como era conhecida pelo quadro público de funcionários no estrangeiro, substituiu a Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas de 1914 tornando-se o principal documento norteador das relações estabelecidas no âmbito da administração civil. Com a RAU, as atividades dos funcionários coloniais foram detalhadas, regras escritas, ações profissionais orientadas dentro de uma estrutura hierárquica detalhadamente desenhada para manter o controle a partir de Lisboa e nos moldes da proposta centralizadora do Estado Novo. Como um recurso orientador e um mediador dessas relações, a RAU estabelecia o modo como os funcionários deveriam se relacionar entre si e com as populações. A RAU era praticamente um “manual de instruções” sobre como proceder nos cargos funcionais ultramarinos, tendo sido frequentemente mencionada nas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa com antigos alunos e administradores coloniais.

Ao localizarmos estas transformações no contexto metropolitano português, é possível identificar a adequação de estruturas de ensino aos novos modelos coloniais que emergiam no cenário europeu de negociações com líderes africanos (em um diálogo com Frederick Cooper que aborda o contexto inglês e francês, que possivelmente nos levaria à hipótese de que as vagas de ensino superior passaram a ser ocupadas por lideranças africanas destinados a ocuparem os postos de decisão nos que viriam a ser os novos países inde-

pendentes). No entanto, em Lisboa, essas vagas recém criadas e destinadas a darem acesso aos postos superiores de administração foram ocupadas por portugueses, muitos deles jovens recém-formados e com pouco conhecimento e experiência em solo africano.

Nesta comunicação procurarei descrever determinadas características da lei criada em 1933, conhecida como RAU, que estabeleceu as regras para o desempenho das atividades administrativas no Ultramar. A partir das especificações dos cargos e em especial da comunicação escrita prevista para compor uma geografia social de mando, produziram-se as possibilidades para o exercício da dominação. Vemos, por meio desse instrumento, que as regras e a hierarquia dessas posições nas colônias eram rígidas, destinando autoridade e decisão para funcionários portugueses, muito embora buscase integrar lideranças africanas nos moldes das propostas de assimilação: expectativa de que se tornassem portugueses sem oferecer condições de voz e participação nos modelos propostos para a participação política. Considerando-se propostas teorias de uma antropologia do Estado que considera a necessidade de compreensão dessa entidade como parte de processos políticos nem sempre visíveis (Abrams, 1988), localizar as relações desenhadas entre portugueses e africanos a partir da RAU permite identificar as propostas de uma inclusão africana no Estado-Nacional europeu, sob a marca de subserviência e subjugação, marca esta que o caracterizaria como colonial.

Por meio desses desenhos administrativos propostos por elites metropolitanas, faz-se visível a formulação de um Estado bifurcado (Mandani, 1996), criado para o contato com o outro, africano, cristizador e reproduzidor de poder do euro-



peu civilizado a partir da valorização da escrita e de regras de circulação de informações que mantinham a rede administrativa ciente de seu lugar e autoridade para definir os desígnios de uma coletividade imaginada. Ademais, ao focalizarmos o acesso a essa rede em seu sentido histórico, percebe-se dinâmicas mais amplas produtoras de deslocamentos no que se refere às posições que interessariam aos gestores/políticos metropolitanos definir, muito embora a partir da experiência portuguesa se desenhem mudanças institucionais no espaço do ensino que, sob influência das outras metrópoles, ganharam contornos próprios mantendo quase que intactas a entrada de elites africanas, como as transformações das outras nações civilizadas, supunham, em sua trajetória de manutenção de domínio sobre o continente africano.

Revela-se, assim - em especial a partir das inspirações propostas pelos estudos comparativos de Jack Goody (1987, 1996) - as potencialidades de se pensar o acesso às posições da administração para compreender os sistemas políticos de um modo geral. Observa-se o lugar do uso da escrita para a manutenção dos organismos sociais para além das fronteiras nacionais. Além disso, para manter e sustentar uma presença que vence ou pretende vender o tempo e transitar do passado para o presente, assim colaborando para a reprodução de posições de poder e autoridade em espaços como Angola e outros territórios que hoje se constituem e se caracterizam como formas societárias marcadas pela desigualdade.

## Referências

ABRAMS, Philip. "Notes on studying the state" *Journal of historical Sociology* Vol. 1, 1988

ABRANTES, Carla Susana Alem Abrantes. “*Problemas*” e “*soluções*” para a gestão de Angola: um estudo a partir do ensino superior de administração colonial em Lisboa, 1950-1960. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS-Museu Nacional-UFRJ, 2012.

ABRANTES, C. S. Narrativas para a gestão de Angola: o “índigena” como objeto de estudo no ensino superior, 1950-1960. In: PANTOJA, S.; THOMPSON, E. (Eds.). *Em torno de Angola: narrativas, identidades e conexões Atlânticas*. Lisboa: Intermeios/PPGDSCI, 2014a.

\_\_\_\_\_. Repertórios do conhecimento em disputa: trabalhadores indígenas e agricultores no colonialismo português em Angola, 1950. *Anuário Antropológico*, v. 39, n. 1, p. 195-218, 2014b.

ALEXANDRE, V. *O império africano*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

DIRKS, Nicholas B. (Ed.). *Colonialism and culture*. Michigan: The University of Michigan Press, 1992.

DUFFY, James. *Portuguese Africa*. Cambridge/ London: Harvard University Press/ Oxford University Press, 1959.

GOODY, Jack. “Introduction” In: *Succession to high office*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

GOODY, Jack *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987

MAMDANI, M. *Citizen and Subject. Contemporary Africa and the Legacy of the Late Colonialism*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Define and rule: native as political identity*. [s.l.] Harvard University Press, 2012.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. “Notas (muito) breves sobre a cooperação técnica internacional para o desenvolvimento”. In: SILVA, Kelly e SIMIÃO, Daniel. *Timor Leste por trás do palco. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.